

A SOCIOECONOMIA INSTITUCIONAL DO PNAE NO OESTE CATARINENSE

Aslei Tainara Damin¹

Tainá Emanuelen Zanetti²

Valdecir José Zonin³

Os mercados institucionais foram criados para os agricultores familiares possuírem outra forma de escoar sua produção e ampliarem ou complementarem suas rendas, diversificando a produção, além de participar ativamente nas transações desta nova economia. O presente resumo é uma iniciativa de sistematizar os dados obtidos nas entrevistas realizadas a partir de 130 questionários, através do projeto de pesquisa e extensão, denominado “Fortalecimento da juventude rural no oeste de Santa Catarina”. Nessa pesquisa foram abordadas alguns temas relevantes como a estrutura das propriedades familiares, os mercados institucionais que os agricultores familiares participam e a renda obtida a partir destes, aumento e diversificação da produção. A forma de pesquisa utilizada foi qualitativa e quantitativa, organizada em forma de questionários com perguntas abertas, semiabertas e fechadas, divididas em três blocos, aplicadas pelos jovens que participam do projeto aos agricultores familiares. Após aplicação dos questionários, os dados foram tabulados a partir de formulários on line pelo Google®, gerando gráficos para os dados quantitativos e sistematizando os dados qualitativos. Através dos resultados obtidos foi possível compreender as principais contribuições desta política pública, relacionada à consolidação de renda agrícola na agricultura familiar e as melhorias nas ações do cooperativismo da região. A renda de 71,1% dos agricultores entrevistados aumentou ou aumentou muito, possuindo uma margem de renda de 10 a 15% sobre o valor comercializado. Com relação ao aumento da produção foi constatado que em 52,6% a produção aumentou, devido a diversificação dos produtos na propriedade. O preço pago pelos produtos cobre o custo da produção para 87% dos entrevistados. Entretanto, os agricultores ainda necessitam de maior apoio logístico para escoar sua produção, melhores condições de estradas, assistência técnica em sua propriedade e a sucessão familiar que ainda não está definida em 60% das famílias entrevistadas. A participação em mercados institucionais ainda é apenas um complemento de renda, uma vez que a principal renda das famílias são oriundas de

1 Acadêmica, Agronomia, Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó, bolsista/monitora CNPq, asleidamin@gmail.com

2 Acadêmica, Agronomia, Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó, bolsista/monitora CNPq, taizanetti@hotmail.com

3 Professor Doutor, Agrônomo, Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim, coordenador projeto de pesquisa e extensão CNPq, valdecir.zonin@uffs.edu.br

aposentarias de pessoas mais velhas e trabalhos fora das propriedades. Esses programas servem de incentivo para a organização coletiva dos agricultores, em forma de cooperativas e associações, com atividades complementares visando o apoio e o incentivo a produção, para aumentar a qualidade e a sustentabilidade. Nessa perspectiva, a cooperativa possui grande importância na organização e inserção dos agricultores familiares nos mercados regionais e nas transações dos alimentos. O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) é uma alternativa de comercialização, diversificação da produção e renda para o agricultor, contribuindo para o fortalecimento das cadeias de produção e economia local. A renda complementar do agricultor o incentiva a continuar participando de políticas públicas, tornando-se uma alternativa para escoar os seus produtos, uma vez que essas políticas valorizam o trabalho dos agricultores familiares e vincula-se a segurança alimentar e nutricional do país.

Palavras-chave: Mercados institucionais. Agricultura familiar. Políticas públicas.